

Cafeicultura e produção mercantil de abastecimento interno:

Franca-SP (1890-1920)

Lélio Luiz de Oliveira

FEA-RP- Universidade de São Paulo

lelio@fearp.usp.br

Resumo

Análise da transição e da convivência da economia mercantil de abastecimento interno para economia primário exportadora, no município de Franca (SP), no período de 1890 a 1930, a partir dos impactos da dinâmica da cafeicultura, da continuidade dos investimentos na produção de abastecimento interno e da verificação dos níveis e perfis de riqueza dos proprietários (especialmente rurais).

Abstract

Analysis of the transition and coexistence of an economy producing commodities for the domestic market into a primary export economy, the city of Franca (SP) during the period 1890-1930, from the point of view of the impact upon the coffee plantations, the continued investment in production for the domestic market, and an examination of the levels and profiles of wealth of the landowners (especially the rural ones).

Introdução

Com este trabalho pretende-se demonstrar a passagem de uma economia mercantil de abastecimento interno para uma economia primário exportadora, tendo como base o município de Franca (SP), no período de 1890 a 1920. Parte-se do princípio de que a dinâmica da cafeicultura ligou o município ao mercado externo, mas, ao mesmo tempo, promoveu a retroalimentação dos setores destinados ao abastecimento interno, como a pecuária e a agricultura de alimentos. Além disso, como reflexo, segundo os dados dos inventários *post-mortem*, houve aumento considerável da riqueza dos proprietários (especialmente donos de terras), no município em questão, sem alterar consideravelmente o perfil e os níveis de concentração da riqueza.

Produção de alimentos e de café – transição, transformações e continuidades.

O município de Franca, situado no nordeste paulista, originado no caminho das minas de Goiás, desenvolveu durante o século XIX produção para o abastecimento interno local e regional. Com a chegada de levas de mineiros, especialmente nas primeiras décadas daquele século, consolidou-se importante produção regional. (CHIACHIRI, 1982) Os mineiros, criadores de gado, formaram fazendas de perfil diversificado, com elevado grau de autossuficiência interna e mercantilização do excedente. Os ocupantes do então Sertão do Rio Pardo foram, gradativamente, ampliando e diversificando as atividades e, além da pecuária e da agricultura de abastecimento interno, dinamizou-se o comércio do sal, e passou-se a produzir a cana-de-açúcar e seus derivados. (OLIVEIRA, 1997) Foi o momento da expansão da economia de abastecimento interno a partir do Sul de Minas (LENHARO, 1979), que

atingiu o Nordeste paulista.

O avanço do café, no chamado *Oeste paulista*, já ao final do século XIX chegava à região de Ribeirão Preto e ocupava áreas de Franca. Com a ampliação das plantações de café, especialmente a partir de 1885, e a chegada da ferrovia (1887), a tendência foi de modificação parcial das bases produtivas, inserindo o município de Franca no circuito da cafeicultura paulista. (TOSI, 2003) Contudo, o café não promoveu somente transformações, mas, fortaleceu permanências e continuidades.

Em Franca, a chegada dos trilhos da Mogiana, em 1887, foi responsável pelo plantio do café em larga escala. A cafeicultura, porém, não promoveu a erradicação das atividades tradicionais destinadas ao mercado interno e não gerou um domínio monocultor. O impacto da ferrovia e do café, em Franca, foi no sentido de dinamizar as atividades existentes desde os tempos do Império. O novo meio de transporte – a ferrovia – facilitava o escoamento das safras, dando maior incentivo à produção. As mercadorias, antes carregadas por mulas ou carros de boi, tiveram seus fretes reduzidos e com isso maior competitividade. “Foi a ferrovia que [levou] a cafeicultura capitalista para [o município de Franca] como de resto as transformações dela decorrentes”. (TOSI, 1998, 87)

Foi somente a partir de 1870 que as notícias sobre o café ganharam espaço nos jornais da cidade (LIMA, 1973), bem como nos inventários *post-mortem*. Na década de 1880, os maiores proprietários de terras ainda não tinham se aventurado a plantar grandes lavouras de café, mantendo a pecuária como atividade principal.

Entre 1890 e 1920, nos 750 inventários *post-mortem* investigados, apenas em 28,80% (216) constam citações sobre plantações de café.

Em 14,8% (111) do total dos processos, há a discriminação do número de pés de café, que totalizavam 2.399.227 unidades. Em outros 14% dos processos (105), não havia a quantificação dos cafeeiros, somente menções como: *uma pequena lavoura, uma moita de pés de café velhos* ou *todo o café empreitado*.

No padrão da produção paulista da época, grandes cafezais correspondiam a plantações acima de 100.000 pés de café. Todavia, em Franca, entre 1890 e 1920, a média é de pouco mais de 20.000 pés de café por propriedade, sendo a maior frequência a de lavouras com até 15.000 pés (79,23% das propriedades) (Tabela 1).

Essa característica manteve-se durante todo o período de hegemonia cafeeira, na República Velha (pelo menos até 1920). Os fazendeiros francanos preservaram o perfil tradicional das propriedades. A habitual autossuficiência das fazendas, que trazia segurança aos proprietários, foi um fator de manutenção das práticas econômicas arraigadas. Houve resistência em fazer investimentos vultosos em uma nova lavoura, cujos resultados dependiam dos preços internacionais e das manipulações dos atacadistas. Produzir para o autoconsumo e para os mercados regionais conhecidos era mais seguro. Mesmo os grandes proprietários não utilizaram de imediato todos seus aportes na lavoura cafeeira. Aqueles que investiram, sempre tiveram o café ao lado da pecuária. (OLIVEIRAA, 2006) Foram miúdos os passos dados em direção à cafeicultura, se comparado ao município vizinho de Ribeirão Preto (MARCONDES, 2007; LOPES, 2008).

Nos inventários da primeira década - 1890-1900 - encontra-se um total de 188.199 pés de café, o que resulta em uma média de 8.179 pés por inventário *post-mortem* (moda e mediana: 4.000 pés). Caso típico é o de Ana Ludovina

da Assunção. Em 1897, seu inventário aponta com uma quantidade de café próxima à média do período, com 9.700 pés, que representava 10% do valor de seus bens, enquanto os animais (bovinos, equinos e suínos) correspondiam a 7,72% e as terras e benfeitorias constituíam a parte mais representativa da riqueza (82,28%), totalizando 155:089\$000. (AHMF - INV. Proc.68, 1.Ofício, 1897).

Na década intermediária - 1901/1910 - constata-se 340.858 cafeeiros registrados em inventários. Nesse período, a média de pés por inventário, passou para 13.109 unidades.

A pequena comerciante Maria Baldasari era uma cafeicultora de padrão médio nos anos 1901-1910. Possuía 14.000 pés de café, avaliados em 3:500\$000, que correspondia a 18,45% do total de seus bens. O restante era composto de imóveis (13:863\$000), benfeitorias (400\$000), estoques (1:099\$470) e objetos pessoais (100\$000). (AHMF - INV. Proc.779, 2.Ofício, 1908).

Na última década - 1911-1920 - o total de pés de café, registrados nos inventários, aumentou para 1.870.270 unidades. No entanto, a média de pés de café por inventário passou a ser de 30.165. Nesta década, o número relativo à mediana foi de 5.000 pés, sendo que a *moda*, a quantidade que mais predominava nas propriedades, diminuiu para 2.000 pés.

Um produtor com lavoura correspondente à média, entre 1911-1920, era Theodoro Martinês Tristão que possuía 31.423 pés de café avaliados em 35:000\$000. Além da lavoura, mantinha em suas propriedades 50 bovinos e 2 equinos (5:475\$000). Contudo, o valor dos seus bens concentrava-se nos imóveis rurais e urbanos, que somavam 127:900\$000. Sabendo-se que o proprietário também possuía 12:100\$000

em dinheiro e mais *um carro com arreo para dois bois (500\$000)*. Em suma, os cafezais tinham o peso de 19,33% no total da riqueza. (AHMF - INV. Proc.969, 2.Ofício, 1919).

Em todo o período - 1890-1920 - a maioria dos proprietários (53,12%) eram pequenos plantadores de café, que possuíam até 5.000 pés. Em contrapartida, alguns poucos produtores concentravam as grandes lavouras: 5,4% tinham entre 100.000 e 400.000 pés (Tabela 2).

Como visto, por volta de 1900, o município de Franca, já havia ingressado no circuito da cafeicultura. A tendência de crescimento do volume de café, embarcado na Companhia Mogiana (Estação - Franca), foi positiva entre 1890 e 1917, considerando alguns reveses na produção, decorrentes das geadas ou do próprio ciclo de produção do cafeeiro (Tabela 3).

Inserido em propriedades rurais, com estruturas produtivas tradicionalmente voltadas para o abastecimento do mercado interno, o café, em Franca, passou a ser mais uma das atividades dessa economia diversificada.

Mesmo que boa parte dos investimentos tenha sido direcionada para a cafeicultura, houve importante incremento na produção e comercialização de produtos destinados ao consumo interno. Além de atender às necessidades da população em crescimento do município, foram produzidos excedentes – *alimentos, animais, toucinhos, fumo* - para outras regiões, embarcados na Mogiana (ver Tabelas 4 a 7), carregados em *carros de boi* ou tangidos.

As áreas tradicionalmente destinadas à produção de gêneros foram dinamizadas, devido à demanda crescente de produtos básicos de consumo. (OLIVEIRA, 1993) As leiras dos cafezais passaram a ser utilizadas no plantio de

produtos de abastecimento dos colonos ou arrendatários que comercializavam os excedentes.

Não há notícias, na região, de desabastecimento ou carência de produtos básicos de consumo, diante da implementação da cafeicultura. Pelo contrário, a saída de produtos excedentes – *arroz, milho, feijão, fumo, toucinho e animais (bovinos e suínos)* – através da ferrovia, proporcionava a compra de bens de outras regiões (sal, farinha de trigo, querosene, tecidos, materiais de construção), consumidos no município ou redirecionados para cidades próximas. (TOSI, 1998)

Os dados do Recenseamento Agrícola de 1920 (IBGE, 1924) confirmam os argumentos apresentados. A superfície territorial do município de Franca, em 1920, era de 155.500,0 hectares, sendo 96,6% ocupada pelos estabelecimentos rurais (150.214,0 hectares). Do total da área, 10,0% (14.964,0 hectares) era coberta por matas.

As formas de utilização do setor rural, no ano agrícola de 1919-1920, podem ser assim discriminadas: de 150.214,0 hectares, 14,07% (21.141,0 hectares) era destinado ao cultivo de diversos produtos, 10,0% (14.964,0 hectares) era coberto por matas, restando 75,93% (116.109,0 hectares) que poderiam ser utilizados para a criação de animais ou subutilizados.

A área cultivada (21.141,0 hectares ou 14,07% do total) dividia-se em: 67,61% (14.295,0 hectares) com lavouras de café, que somavam 11.435.816 pés; 8,19% (1.732,0 hectares) com plantações de arroz; 19,64% (4.152,0 hectares) com milho e 12,14% (2.568 hectares) com feijão. Outros produtos eram produzidos em menor escala: a batata inglesa que ocupava 0,49% da área cultivada (104,0 hectares) e a mandioca 0,19% (42,0 hectares). Discriminadas, no *Censo de 1920*, como *plantas industriais*, o

algodão ocupava 0,80% (170,0 hectares) do perímetro cultivado, a cana-de-açúcar 3,05% (646,0 hectares), o fumo e a mamona ocupavam a mesma área, ou seja, 0,09% (19 hectares).

Dos 583 estabelecimentos rurais, listados no censo de 1920, pelo menos 90,56% (528) criavam animais em suas terras, que somados totalizavam 77.986 cabeças. Estes números nos indicam que, em média, cada propriedade possuía 147 animais.

Da quantidade total de animais - 77.986 cabeças - 57,07% (44.512) eram bovinos, 6,18% (4.813) equinos, 2,55% (1.994) asininos e muars, 1,40% (1.098) ovinos, 1,80% (1.402) caprinos e 31,00% (24.167) suínos. De cada 1.000 cabeças arroladas, 571 eram da espécie bovina, 310 da suína, 62 da equina, 25 da asinina e muar, 14 da ovina e 18 da caprina.

As escrituras de compra e venda de imóveis, lavradas no período, contribuem para esclarecer o perfil material e produtivo das propriedades rurais, bem como a diversificação das atividades produtivas.

Nas 2.190 escrituras pesquisadas da área rural, 704 constavam benfeitorias: 745 casas, 387 casas de colonos, 230 monjolos, 204 paióis, 5 engenhos de cilindro, 44 engenhos de cana, 18 engenhos de serra, 2 engenhocas, 6 alambiques, 2 cocheiras, 124 currais, 71 moinhos, 3 ralos de mandioca, 6 olarias, 17 pomares, 2 fornos para farinha, 27 tulhas para café, 1 galinheiro, 17 chiqueiros e 18 máquinas de beneficiar arroz e café.

Como propriedade rural típica da região de Franca, no período estudado, que demonstra o caráter misto das atividades econômicas implementadas na área rural, é possível citar a Fazenda denominada Marfim, descrita como

uma parte de terras de 40 alqueires (96,8 hectares), comprada em 1894 por José da Fonseca Nogueira pela quantia de 30:000\$000. Nesta propriedade havia casa, monjolo, engenho de cana, canavial, cafezais formados e em formação, roça de milho e 24 porcos. (AHMF – ESC. 1897)

Com descrição semelhante, o sítio denominado Boa Vista, parte da Fazenda Palestina, que em 1898 foi negociado por 25:000\$000, sabendo-se que possuía *terras de cultura e campos, casa de morada, quintal plantado, rego d'água, monjolo, moinho, quintal plantado, engenho de cana movido a bois, pastos e plantação de café. (AHMF – ESC. 1898)*

Dentro das especificações enquadradas a Fazenda Santa Izabel do Salgado, comprada em 1908 por Joaquim Antônio Garcia de Macedo, com área de 682,4 hectares (282 alqueires) de cultura e campos, que tinha uma estrutura bastante ampla, a saber: *casa de morada com água encanada, mais 33 casas de colonos com telhas, sendo 19 delas assoalhadas, manjedoura, casa de máquina para beneficiar café, casa de guardar carro, paiol, tulha, moinho, cerca para porco, uma sobradona (sic) na beira da estrada e 140 mil pés de café. (AHMF – ESC. 1908)*

Entre 1890 e 1920, com o avanço da cafeicultura, há claro indicativo do crescimento da estrutura produtiva. Contudo, a maior parte da riqueza permaneceu no campo e a diversificação da produção foi a tônica. Enquanto o comércio dos resultados da produção trazia a riqueza, os bens de raiz guardavam a riqueza. Em 92,87% dos 750 inventários pesquisados consta imóveis, principalmente rurais. Para proprietários, diante dos reveses do mercado, o imóvel rural era a forma mais sólida de reserva de valor e estabilidade.

Nos decênios estudados as lavouras de café passaram a constituir parte crescente do

monte-mor dos inventários. Porém, atingiram, no máximo, a décima parte do total da riqueza, sem abalar o peso da pecuária, como parcela considerável dos patrimônios.

Quem eram os detentores da riqueza? Qual o perfil dos bens? Em síntese, eram donos de terras, de gado e de cafezais. Senhores que não investiam todo o capital em uma única atividade produtiva. Resguardando as tradições e não enveredando pela monocultura, prezando a segurança do patrimônio.

Os proprietários das grandes fazendas eram, ao mesmo tempo, os maiores cafeicultores e os principais criadores de gado. Assim sendo, a fortuna, daqueles que concentravam grande parte da riqueza do município, não vinha de uma única atividade. Como exemplo há o inventário dos bens de Fernando Vilela de Andrade, cujo valor totalizava 588:282\$109, os imóveis constituíam-se de terras e benfeitorias nas fazendas Alegria, Santa Eugênia e Três Irmãs (105:475\$000), e uma casa na cidade à Rua da Estação (15:000\$000). Os imóveis correspondiam a 20,48% do total do processo. A lavoura de café compunha-se de 182.000 pés (199:600\$000). O gado, principalmente bovino, somava 355 cabeças (26:705\$000). Os carros de boi e carroções contabilizavam 3:900\$000. Por fim era dono de 91 ações da Companhia Franca de Eletricidade (15:900\$000). Deduz-se que Andrade era, também, beneficiador e comerciante de grãos: tinha máquinas de beneficiar café e arroz (24:500\$000) e estocava 9.000 arrobas de café (27:000\$000). Tinha dívida ativa (a receber) no valor de 152:502\$109 (25,92% do inventário). Enfim, o inventariado era, ao mesmo tempo, um dos maiores produtores de café e criador de gado do município. (AHMF – INV. Proc. 3 e 168, 1. Ofício, 1913)

Os produtores realizavam investimen-

tos de forma conjunta e interligada, no segmento de exportação (leia-se café), no de abastecimento interno e nas atividades urbanas. Nos inventários *post-mortem*, a combinação mais frequente de bens era de *imóveis* e *animais* (21,26%), seguida pela combinação de *imóveis*, *animais* e *café* (12,03%). O item *estoques* (café, arroz, feijão e milho) sempre combinava com *imóveis* e *animais*.

A ampliação das bases econômicas, através dos investimentos realizados, ao mesmo tempo nas atividades tradicionais e no café, manteve a diferenciação nos níveis de riqueza, entre os proprietários. A cafeicultura certamente aumentou a riqueza entre os proprietários de terras, mas não alterou significativamente a distribuição da mesma. Sabendo-se que neste estudo utilizou-se o Índice de Gini, que mede o grau de concentração da riqueza, tendo como base de cálculo os valores (em mil réis) obtidos nos inventários *post-mortem*, resultando em 0,74 para 1890-1900, 0,68 para 1901-1910 e 0,78 para 1911-1920 (ver Tabelas 9, 12 a 15).

Não obstante a dinamização da economia e os novos investimentos realizados, o perfil do patrimônio dos proprietários permaneceu muito semelhante. Isso pode ser verificado quando se aplica o Índice de Gini de forma distinta para os bens listados nos inventários.

Quanto aos *imóveis rurais* – que era a maior parte do patrimônio, guardados como uma espécie de reserva de valor – somados aos *imóveis urbanos* (ver Tabelas 8 e 11), o referido índice era de 0,67 (1890-1900), 0,64 (1901-1910) e 0,76 (1911-1920). (Tabela 12).

Quanto ao *número de pés de café* plantados pelos proprietários de terras o índice também indica valores semelhantes: 0,69 (1890-1900), 0,66 (1901-1910) e 0,77 (1911-1920). (Tabela

14) Em contrapartida, se os cálculos forem realizados com base nos valores atribuídos às lavouras percebe-se boa diferenciação especialmente quanto à primeira década (1890-1920), cujo resultado foi 0,96. Lavouras novas e bastante produtivas. Porém, para as duas décadas seguintes apesar da alta concentração os resultados para duas décadas seguintes o índice foi idêntico: 0,76. (Tabela 13).

Os mesmos cálculos foram feitos para identificar a concentração da riqueza baseada nos valores do *gado* (incluindo *bovinos*, *equinos* e *suínos*), chegando a: 0,64 (1890-1900), 0,71 (1901-1910) e 0,068 (1911-1920). (Tabela 15).

Por fim, ao aplicar o Índice de Gini levando em conta o valor total dos inventários ou separando os principais bens, percebe-se a citada semelhança no perfil da riqueza no passar dos anos.

Por outro viés, ao arranjar os valores dos inventários – em mil réis - por faixas (Tabela 10), a concentração da riqueza assim se revela: poucos (10%) eram aqueles com bens acima dos 50:000\$000; havia o seletivo grupo (menos de 5%) dos detentores de somas acima de 100:000\$000; nota-se um grupo significativo com bens entre 10:000\$000 e 20:000\$000; a maioria tinha um patrimônio de até 3:000\$000; mais de 35% dos proprietários possuía bens avaliados entre 1:000\$000 e 5:000\$000; em média 14% tinha até 1:000\$000; enfim, nas três décadas, mais de 90% dos proprietários tinham até 50:000\$000.

De forma geral, ao considerarmos todos os valores constantes nos inventários *post-mortem*, no período estudado - 1890-1920 – constata-se que a maior parte (9.688:957\$278), referia-se aos *imóveis* (rurais e urbanos). Deste total, a grande maioria 76,44% (8.002:298\$606), era referente a *imóveis rurais* (incluídas as

benfeitorias), e o restante aos imóveis urbanos (1.686:658\$672 – 23,56%). A segunda maior fatia devia-se às *lavouras de café*, cujos valores somados atingiam 9,38% do todo (1.631:349\$237). Valor este pouco inferior aos *imóveis urbanos*. Os *animais*, de toda espécie, criados nas propriedades rurais contribuíam com 3,69% dos bens dos inventariados (642:001\$000). Os *estoques*, principalmente de cereais, participavam com 0,87% do total quantificado (151:044\$728). Os *objetos pessoais* equivaliam a 1,63% (282:079\$502) do valor de todos os bens. Era considerável a porcentagem correspondente ao *dinheiro* (moeda circulante), que chegava a ser de 1.332:453\$368 (7,67% da riqueza). As *dívidas ativas e passivas* eram equivalentes. A primeira (*a receber*) somava 2.082:711\$148 (11,97%), enquanto que a segunda (*a pagar*) eram de 2.178:519\$565 (12,52)%. A diferença entre ambas em valores monetários era de 95:808\$417, a favor das *dívidas passivas* (Tabela 11).

De outra forma pode-se observar a composição da riqueza destacando o peso de cada item dos inventários, realizando a divisão por decênios.

Os *imóveis* sempre tiveram o maior valor entre os bens. Na primeira década - 1890-1900 - representavam 42,61% de todos os bens. Na década seguinte - 1901-1910 - esse percentual atingiu 51,36%, recuando no último período - 1911-1920 - para 46,27% do total.

As *benfeitorias* dos imóveis rurais foram ampliadas gradativamente. Nos anos finais do século XIX - 1890-1900 - era 3,12% do total dos bens, passando a ser 5,46% e 7,87% nas décadas seguintes (1901-1910 e 1911-1920). O ocorrido deve-se, em grande medida, à construção das casas de colonos e dos currais, que passaram a ser contabilizados nos inventários.

As *lavouras de café* tiveram um peso crescente nos patrimônios. Nas décadas estudadas passaram de 4,93% para 11,37% dos valores dos bens catalogados. As maiores lavouras estavam nas maiores fazendas onde, simultaneamente, estavam os maiores plantéis de gado bovino e suíno.

Os *animais* representavam 3,12% da riqueza no primeiro (1890-1900), sabendo-se que ampliou a participação na década intermediária (1901-1910), quando atingiu 5,46% do total. O gado criado no município de Franca dividia-se em 83% bovinos, 12% equinos e 5% suínos. Na última década – 1911-1920 – o peso relativo dos *animais* passou a ser de 3,43%. Em média, a importância do gado no rol dos inventários permaneceu constante. Estes dados são representativos, pois comprovam a continuidade da pecuária como atividade econômica importante, diante da diversificação das atividades econômicas.

A concentração da riqueza obtida através dos animais era semelhante aos demais itens. O município tinha poucas propriedades com os maiores rebanhos, onde a predominância era de gado de corte (novilhos e garrotes), acompanhado dos bois de carro e de arado, e do gado de criar, ou seja, bois reprodutores, vacas e bezerros, que serviam à reprodução do plantel. Em contrapartida, havia muitas propriedades com algumas cabeças de gado, que serviam à economia da casa, fornecendo o leite, a carne e o adubo para hortaliças.

Um grande criador era Antônio Francisco Tobias, cuja única atividade era a pecuária, ou seja, não plantava café. Criava 496 bovinos. Excluindo 3 vacas paridas e uma solteira, as demais cabeças eram de bois e novilhos de engorda. Além disso, tinha os animais de tiro: 11 burros de carga e 1 cavalo. Todos os animais totalizavam 41:851\$000. (AHMF – INV. Proc. 797, 2.º Ofício,

1909)

Joaquim Alves da Fé, que só tinha imóveis rurais, poderia ser considerado um criador de porte médio. Possuía 35 bovinos e 5 equinos. Simultaneamente, cuidava da lavoura de 14.000 pés de café. (AHMF – INV. Proc. 411, 2.º Ofício, 1893)

Também dentro do padrão médio, situava-se Antônio Flávio de Castro, dono de partes de terras nas Fazendas Macanha e Bom Jardim e de uma casa na cidade à Rua do Carmo. Possuía 51 animais, divididos em 7 equinos e 44 bovinos, estes assim discriminados: 10 vacas, 2 touros, 6 bezerros e 25 bois de corte. Não plantava cafezais. (AHMF – INV. Proc. 74, 1.º Ofício, 1896)

Os *suínos* estavam presentes em muitas explorações rurais e mesmo em muitos domicílios urbanos, devido à facilidade com que se alimentavam e ao aproveitamento integral que deles era feito (carne, enchidos, gordura). O maior criador de suínos, encontrado nos inventários, Joaquim Garcia Lopes, tinha 152 unidades. Lopes era também um dos maiores criadores de bovinos e dono de uma grande lavoura de café (193.000 pés). (AHMF – INV. Proc. 466, 2.º Ofício, 1911)

Ezequiel Cláudio Moreira possuía 26 suínos, número maior que os valores médios. Era, também, criador de 52 bovinos e 4 equinos, além de manter de uma lavoura de café de 24.000 pés. (AHMF – INV. Proc. 16, 1.º Ofício, 1897)

Criador enquadrado nos termos médios, Basílio José da Silva Leão tinha 10 suínos, que criava ao lado de 65 bovinos e 5 equinos. Sua lavoura de café contava-se 15.000 pés. (AHMF – INV. Proc. 79, 1.º Ofício, 1906)

Da mesma forma que os outros animais criados no município, predominavam os pequenos criadores, frente a alguns grandes. Um representante dos pequenos criadores era Antônio Martins de Barros, que mantinha em seu sítio 5 suínos, 28 bovinos e 3 equinos. (AHMF – INV. Proc. 91, 1.Ofício, 1906)

Os *estoques*, compostos de cereais ou mercadorias de um pequeno comércio (*fundos de negócios*), representavam pouco em relação aos outros bens (1890-1900: 0,48%, 1901-1910: 3,67% e 1911-1920: 0,38%). Eram descritos como: *um carro de milho no paiol, 30 sacos de arroz em casca e até frutos pendentes nos cafezais*.

Os *objetos pessoais*, comparativamente, representavam máximo 3,11% do valor total entre os anos de 1901-1910 (2,45% - 1890-1900 e 0,91% - 1911-1920). É necessário dizer que esta parte dos bens nem sempre era totalmente inserida nos inventários. Poderia ser partilhada informalmente entre os inventariantes, que muitas das vezes poderiam dar valores sentimentais e não monetários por determinadas peças ou mesmo terem sido prometidas em vida pelo inventariado. Era também comum os casos em que o filho que passasse a cuidar do viúvo ou da viúva, teria direito a casa sede da propriedade rural, incluindo todos os utensílios domésticos.

Quanto ao *dinheiro* em espécie, é duvidosa qualquer afirmação categórica sobre esta parte da riqueza, pois, nem sempre era relacionada na partilha. O dinheiro poderia ser dividido entre os herdeiros, evitando assim passar pelos registros públicos. Parte poderia ser utilizada para o custeio dos funerais, da burocracia da partilha dos bens imóveis de maior valor, ou ainda servir para o pagamento de dívidas miúdas e corriqueiras do falecido, anotadas no comércio local. Contudo, fica claro que no período estudado

houve uma ampliação do dinheiro em circulação, sabendo-se que, nos anos de 1890-1900, 17,62% dos valores anotados nos processos de partilha referia-se a dinheiro em espécie. Esta porcentagem recuou nos outros anos, mesmo assim tendo seu peso relativo apreciável (1901-1910: 2,42% e 1911-1920: 4,46%).

As *dívidas – ativas e passivas* - recorrentes nos inventários do período. A necessidade de crédito por parte dos produtores era atendida, parcialmente, por alguns proprietários locais. Sabendo-se que as dívidas de maior envergadura foram contraídas com comissários de café ou bancos. (TOSI, FALEIROS, FONTANARI, 2011) Mas, nos inventários, a maioria dos empréstimos, em dinheiro, não era de grande monta. Os emprestadores não colocavam todo o seu dinheiro nas mãos de uma única pessoa, resguardando suas posses. Também, não viviam somente dos juros dos empréstimos. Tinham aluguéis, comércio, propriedades rurais, gado e café. Os maiores credores eram, concomitantemente, os maiores devedores. Negociavam, em parte com dinheiro alheio.

A ampliação da produção de produtos destinados ao mercado interno e do café foi acompanhada do crescimento populacional do município. A demanda de mão de obra foi atendida com a atração de pessoas das regiões próximas, de imigrantes estrangeiros (DI GIANNI, 1997; SILVA, 2008, FALEIROS, 2008, p.63-68; DIAS, 2010; SILVA, 2008) e decorrente do crescimento vegetativo da população. No ano de 1890 o município de Franca tinha 12.425 pessoas, sendo 6.241 homens (50,23%) e 6.184 mulheres (49,77%). Já em 1920 contava-se 44.308 indivíduos – 22.682 homens (51,19%) e 21.626 mulheres (48,81%). A taxa de crescimento corresponde a 256,60%. No censo de 1890 não foi anotado qualquer imigrante radicado na região. Em contrapartida, em 1920, já foram contados

6.193 imigrantes (NEPO, 1998), “dos quais 3.111 teriam chegado entre 1900 e 1910 e 843 entre 1910 e 1920. (...) Dos 6.193 imigrantes alocados em Franca em 1920, 2.889 seriam italianos, 2.281 espanhóis, 617 portugueses, 34 alemães, 28 japoneses e 344 de outras nacionalidades” (FALEIROS, 2008, p.68-69; ver também CAMARGO, 1981, 40 e 51).

A análise dos censos populacionais (NEPO, 1998) evidencia que a maioria da população continuava a se dedicar a atividades agropastoris, mesmo com o crescimento da cidade e a ampliação e diversificação contínua das atividades econômicas. Tal conclusão é corroborada pelo levantamento das profissões dos censos de 1872 e 1920 (levando-se em conta que o censo de 1890 não discrimina as profissões). Em 1872, 54,59% das pessoas dedicavam-se a profissões agrícolas - lavradores e criadores, e em 1920 essa porcentagem crescera, ou seja, 65,09% dos homens eram devotados à agricultura e à criação de animais.

Assim, a partir da análise dos dados levantados de diferentes fontes documentais – *entre elas, inventários post-mortem, escrituras de compra e venda, recenseamentos agrícolas e populacionais, e relatórios da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro*¹ – de forma segmentada ou pelo confronto das mesmas, além do diálogo com a bibliografia pertinente, percebe-se a viabilidade em compreender em boa parte a complexidade da transição (e/ou convivência) da economia mercantil de abasteci-

mento interno para uma economia primário exportadora, cujo processo carrega transformações, adaptações e permanências.

Conclusões

Em suma, no município de Franca (SP), entre 1890 e 1920, concomitante às resistências, a cafeicultura ditou a nova lógica econômica. Com isso, as velhas forças não foram destruídas, pelo contrário, foram beneficiadas. A cafeicultura reestruturou a pecuária e a agricultura de abastecimento interno, dando maior fôlego, inclusive, às atividades urbanas. Nesse contexto, houve, em grande medida, a permanência da estrutura material das propriedades rurais. Diante da diversificação das atividades econômicas, a maioria das pessoas continuou a se dedicar a profissões agrícolas - lavradores e criadores. A maior parte da riqueza dos proprietários permaneceu no campo. Diante dos reveses do mercado, boa porção dos resultados da produção foram guardados ou investidos em imóveis. Próprio de um período de transição, as práticas resistentes passaram a ser aparentemente repetidas, guardaram semelhança de forma, mas com conteúdo modificado. O processo de modernização do campo foi controlado, ponderado no limiar entre o novo e o velho.

Tabela 1 Número total, média, mediana, moda e taxas de crescimento -pés de café nos inventários post-mortem - 1890-1920

	Total	Tx. Cresc/to	Média	Tx. Cresc/to	Mediana	Tx. Cresc/to	Moda	Tx. Cresc/to
1890-1900	188.119	100,00	8.179	100,00	4.000	100,00	4.000	100,00
1901-1910	340.858	181,13	13.109	160,28	4.500	112,50	3.000	75,00
1911-1920	1.870.270	993,84	30.165	368,82	7.000	175,01	2.000	50,00
1890-1920	2.399.227	-	21.614	-	5.000	-	2.000	-

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

¹ Os dados dos relatórios da Cia Mogiana foram gentilmente cedidos pelo Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS – Campus de Franca, da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Tabela 2 Distribuição do número de pés de café por inventário 1890-1920

Pés de café	Número de inventários	% de inventários
30 - 1.000	17	15,31
1.001 a 2.000	17	15,31
2.001 a 3.000	09	8,10
3.001 a 4.000	07	6,30
4.001 a 5.000	09	8,10
5.001 a 10.000	19	17,11
10.001 a 15.000	10	9,00
15.001 a 20.000	03	2,70
20.001 a 30.000	05	4,50
30.001 a 40.000	03	2,70
40.001 a 50.000	02	1,80
50.001 a 100.000	04	3,60
100.001 a 200.000	04	3,60
200.001 a 300.000	01	0,90
300.001 a 400.000	01	0,90
Totais	111	100,00

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 4 Taxa de crescimento – Alimentos embarcados na Mogiana (Estação Franca) – Ton. 1890-1917 – (Ano 1890 = base 100)

Período	Tonelada	%	Tx. Crescimento
1900	2.149,94	2.149,94	100,00
1901	2.433,95	13,21	113,21
1902	1.987,06	-18,36	92,42
1903	1.981,02	-0,30	92,14
1904	2.062,99	4,14	95,95
1905	2.604,45	26,25	121,14
1906	1.786,72	-31,40	83,10
1907	2.911,94	62,98	135,44
1908	3.455,57	18,67	160,73
1909	2.939,67	-14,93	136,73
1910	1.448,38	-50,73	67,37
1911	1.578,18	8,96	73,41
1912	1.622,74	2,82	75,48
1913	2.520,66	55,33	117,24
1914	2.270,99	-9,90	105,63
1915	2.501,39	10,15	116,35
1916	3.347,75	33,84	155,72
1917	2.999,15	-10,41	139,51

Fonte: RCM – Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tabela 3 Taxa de crescimento – Café embarcado na Mogiana (Estação Franca) – Ton. 1890-1917 – (Ano 1890 = base 100)

Período	Tonelada	%	Tx. Crescimento
1890	285,31	285,31	100
1891	780,26	173,48	273,48
1892	654,55	-16,11	229,42
1893	842,35	28,69	295,24
1894	912,31	8,31	319,77
1895	2238,96	145,42	784,78
1896	3772,49	68,49	1322,28
1897	4998,92	32,51	1752,15
1898	4784,91	-4,28	1677,16
1899	4784,91	0	1677,16
1900	7284,55	52,24	2553,31
1901	8565,03	17,58	3002,18
1902	9755,31	13,9	3419,48
1903	8389,06	-14,01	2940,41
1904	6923,3	-17,47	2426,72
1905	5490,61	-20,69	1924,63
1906	8469,1	54,25	2968,74
1907	11007,52	29,97	3858,47
1908	6625,63	-39,81	2322,41
1909	9663,6	45,85	3387,23
1910	5297,32	-45,18	1856,88
1911	5692,22	7,45	1995,22
1912	5935,37	4,27	2080,42
1913	7188,41	21,11	2519,6
1914	5873,35	-18,29	2058,77
1915	8745,98	48,91	3065,71
1916	4852,44	-44,52	1700,86
1917	6315,16	30,14	2213,5

Fonte: RCM – Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tabela 5 Taxa de crescimento – Animais embarcados na Mogiana (Estação Franca) – Ton. 1890-1917 – (Ano 1890 = base 100)

Período	Tonelada	%	Tx. Crescimento
1890	2556	2556	100
1891	3174	24,18	124,18
1892	3179	0,16	124,38
1893	8933	181	349,51
1894	4731	-47,04	185,1
1895	3659	-22,66	143,16
1896	696	-80,98	27,23
1897	1285	84,63	50,27
1898	483	-62,41	18,9
1899	483	0	18,9
1900	1141	136,23	44,65
1901	817	-28,4	31,97
1902	2190	168,05	85,7
1903	6931	216,48	271,22
1904	4400	-36,52	172,17
1905	6527	48,34	255,4
1906	5541	-15,11	216,81
1907	5235	-5,52	204,84
1908	3564	-31,92	139,46
1909	1875	-47,39	73,37
1910	2405	28,27	94,11
1911	2299	-4,41	89,96
1912	6923	201,13	270,9
1913	3452	-50,14	135,07
1914	3781	9,53	147,94
1915	2887	-23,64	112,97
1916	1598	-44,65	62,53
1917	1057	-33,85	41,36

Fonte: RCM – Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Tabela 6 Taxa de crescimento – Toucinho embarcado na Mogiana (Estação Franca) – Ton. 1890-1917 – (Ano 1890 = base 100)

Período	Tonelada	%	Tx. Crescimento
1890	135,47	135,47	100
1891	37,96	-71,98	28,02
1892	90,16	137,51	66,55
1893	127,71	41,65	94,27
1894	82,99	-35,02	61,26
1895	10,89	-86,88	8,04
1896	73,18	571,99	54,03
1897	38,02	-48,05	28,07
1898	16,03	-57,84	11,83
1899	16,03	0	11,83
1900	60,18	275,42	44,41
1901	28,17	-53,19	20,79
1902	44,206	56,93	32,63
1903	30,25	-31,57	22,33
1904	21,18	-29,98	15,64
1905	26,9	27,01	19,86
1906	68,57	154,91	50,63
1907	87,29	27,3	64,45
1908	58,03	-33,52	42,85
1909	30,53	-47,39	22,54
1910	29,43	-3,6	21,73
1911	33,25	12,98	24,55
1912	63,2	90,08	46,66
1913	120,51	90,68	88,97
1914	43,88	-63,59	32,39
1915	48,35	10,19	35,69
1916	19,8	-59,05	14,62
1917	28,32	43,03	20,91

Fonte: RCM – Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tabela 7 Taxa de crescimento – Fumo embarcado na Mogiana (Estação Franca) – Ton. 1890-1917 – (Ano 1890 = base 100)

Período	Tonelada	%	Tx. Crescimento
1890	285,31	285,31	100
1891	780,26	173,48	273,48
1890	13,52	13,52	100
1891	7,58	-43,93	56,07
1892	2,18	-71,24	16,13
1893	11,49	427,06	85,01
1894	4,11	-64,23	30,41
1895	8,27	101,22	61,19
1896	10,82	30,83	80,05
1897	15,94	47,32	117,93
1898	14,74	-7,53	109,05
1899	14,74	0	109,05
1900	5,92	-59,84	43,79
1901	6,91	16,72	51,11
1902	9,44	36,61	69,82
1903	23,45	148,41	173,44
1904	18,95	-19,19	140,16
1905	12,54	-33,83	92,74
1906	16,98	35,41	125,58
1907	33,25	95,82	245,91
1908	39,72	19,46	293,76
1909	15,54	-60,88	114,92
1910	15,99	2,9	118,25
1911	24,18	51,22	178,82
1912	31,39	29,82	232,14
1913	54,7	74,26	404,53
1914	31,5	-42,41	232,97
1915	35,4	12,38	261,81
1916	37,28	5,31	275,71
1917	44,48	19,31	328,95

Fonte: RCM – Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tabela 8 Imóveis Rurais e Urbanos Franca – 1890-1920

Imóveis	Valores totais dos imóveis contidos nos inventários	Imóveis contidos (1.000 réis)	Porcentagem %
Rurais	Terras Benfeitorias	6.315:639\$934 1.091:390\$295	65,18 11,26
Total Rural		8.002:298\$606	76,44
Urbanos		1.686:658\$672	23,56
Totais		9.688:957\$278	100,00

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 9 Índice de Gini – Todos os bens dos inventários.

Períodos	Índice de Gini
1890-1900	0,745571
1901-1910	0,684741
1911-1920	0,784433
1890-1920	0,733508

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 10 Distribuição da riqueza – Franca – 1890-1920

Períodos	1890-1900	1901-1910	1911-1920	1890-1920
Valores em mil réis	%	%	%	%
Até 1:000\$000	10,23	18,75	14,99	14,84
De 1:000\$001 a 5:000\$000	35,80	37,50	39,78	38,23
De 5:000\$001 a 10:000\$000	18,19	18,75	13,35	16,05
De 10:000\$001 a 50:000\$000	25,57	20,84	22,34	22,72
De 50:000\$001 a 100:000\$000	5,11	2,08	3,27	3,40
De 100:000\$001 a 500:000\$000	3,98	2,08	6,27	4,63
Acima de 500:000\$000	1,12	-	-	0,26
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 11 Composição da riqueza – Franca - 1890-1920

Itens dos Inventários	Valores	Porcentagens
Imóveis	8.002:298\$606	46,00
Lavouras de café	1.631:349\$237	9,38
Benfeitorias	1.091:390\$295	6,27
Animais	642:001\$000	3,69
Estoques	151:044\$728	0,87
Objetos Pessoais	282:079\$502	1,63
Dinheiro	1.332:453\$368	7,67
Dívidas Ativas	2.082:711\$148	11,97
Dívidas Passivas (-)	2.178:519\$565	12,52
Total Líquido	15.215:327\$884	100,00

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 12 Índice de Gini – Imóveis – 1890-1920

Períodos	Índice de Gini
1890-1900	0,671257
1901-1910	0,644324
1911-1920	0,763350
1890-1920	0,692977

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 13 Índice de Gini para Lavouras de café (valores em 1.000 réis)

Períodos	Índice de Gini
1890-1900	0,964102
1901-1910	0,762959
1911-1920	0,765006
1890-1920	0,830689

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 14 Índice de Gini para Lavouras de café (números de pés de café)

Períodos	Índice de Gini
1890-1900	0,693490
1901-1910	0,663396
1911-1920	0,771017
1890-1920	0,756431

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Tabela 15 Índice de Gini para os valores do Gado (bovino, equino e suíno) – 1890-1920

Períodos	Índice de Gini
1890-1900	0,644977
1901-1910	0,716536
1911-1920	0,689380
1890-1920	0,683631

Fonte: AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca HMF – Inventários post-mortem.

Fontes Manuscritas

AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Franca *Capitão Hypólito Antônio Pinheiro*

- 750 Inventários (Partilhas) *post-mortem* – 1. e 2. Ofício Cível

- 2.190 escrituras de compra e venda – 1. e 2. Ofício Cível

Fontes Impressas

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, 1920*. Rio de Janeiro: Typ da Estatística, 1924.

NEPO - NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – UNICAMP. BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo, FONSECHI, Gislaine Aparecida (orgs.). *São Paulo do passado*. Dados Demográficos. UNICAMP: Núcleo de Estudos de População (NEPO), 1998.

RCM – Relatórios da Diretoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, 1884-1918.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/FIPE, 1981. V.I.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982.

DI GIANNI, Tércio Pereira. *Italianos em Franca*. Imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997 (História Local, 1).

DIAS, Vanessa Martins. *Inserção às avessas*. A imigração espanhola em Franca-SP (1900-1955). Franca, 2010. Dissertação (Mestrado em História)- UNESP Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação da política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979 (Ensaio e Memória, 21).

_____. Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência do centro-sul do Brasil, 1808-1831. *Anais do Museu Paulista*, v.23, p.29-49, 1977/78.

LOPES, Luciana Suarez. Café, riqueza e famílias. Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. *História e Economia Revista Interdisciplinar*, v.4, p.133-156, 2008.

LIMA, Sílvia Maria Jacintho. *Transformações na pecuária bovina paulista: o exemplo da região de Franca*. Franca: 1973. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, 1973.

MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, p.171-192, 2007.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e História*. Franca, século XIX. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 7).

_____. *Ao lado do café: produção de exportação e de abastecimento em Franca, 1890-1920*. São Paulo: 2003. Tese (Doutorado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Roberson Campos de. *Agricultura e mercado interno*. São Paulo: 1850-1930. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1993, 162p. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, 1993.

SILVA, Ewerton Luiz Figueiredo Moura da. *Presença portuguesa em Franca: um olhar a partir de fontes paroquiais (1913-1917)*. Franca: UNESP-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008 (monografia).

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP, 2003. v. 1. 366p .

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*, v.65, p.401-412, 2011.